# CADÊ VOCÊS, DEPUTADOS?

Parte da oposição está debaixo da mesa. Outros filmam de longe, apontam o monstro e vão embora. Lula despeja anúncio atrás de anúncio na reta final. Quem pediu voto prometendo fiscalizar sumiu quando o governo mais usa a máquina pública como comitê de campanha.

O pacote passa dos R$ 200 bilhões em medidas anunciadas neste ano — crédito, desonerações, perdão de dívidas e transferências. Decisões que deveriam estar sendo abertas com lupa no Congresso. Exceções ao arcabouço, renúncias de receita e promessas que só valem depois da eleição, são escolhas feitas com o dinheiro de quem paga imposto e vai pagar a conta depois.

Lula apresenta o benefício e colhe a exposição. A oposição, em sua maioria, não cobra a origem do recurso, o calendário real nem quem fica de fora. A concentração dos anúncios nas semanas anteriores ao segundo turno não é por acaso. Problemas antigos — endividamento dos MEIs, preço da gasolina, valor do Bolsa Família, regulação das apostas — ganham "urgência" quando o presidente precisa de voto.

Sobre os MEIs, a pergunta básica continua sem resposta: de onde sairá o dinheiro? Perdão de créditos tributários (R$ 12,6 bilhões para cerca de 3,6 milhões de pessoas), compra de dívidas bancárias e o Pix MEI têm naturezas diferentes. O perdão depende de lei. Quem pagou em dia tem o dinheiro de volta ou fica no prejuízo? Deputados que se elegeram falando em responsabilidade fiscal ainda nem abriram o projeto de verdade.

No Bolsa Família, a Fazenda anunciou redução de R$ 11,5 bilhões na projeção de gastos previdenciários e R$ 1,8 bilhão na estimativa do BPC para acomodar o reajuste. O governo diz que não é corte nos benefícios pagos, apenas revisão de estimativas.

Alguém precisa abrir como essa margem foi calculada e o que aconteceu com concessões, negativas e pedidos pendentes. Aposentados e pessoas com deficiência merecem uma apuração séria.

Na gasolina, a desoneração vai de 10 de outubro a 9 de novembro. Qual estudo justifica esse prazo? Quanto se deixa de arrecadar e quanto chega de fato ao consumidor? O eleitor recebe o anúncio durante a campanha e a conta depois. Dilma fez a mesma coisa com a conta de luz. Reduziu tarifas antes da eleição de 2014, posou de generosa e deixou a conta para depois. A conta chegou. Tarifas explodiram e o país pagou caro pela demagogia. Lula repete o roteiro com mais volume e menos constrangimento.

Sobre as bets, o governo regulamentou, cobrou outorgas, autorizou operações por cinco anos, arrecadou bilhões de reais e proibiu tudo da noite pro dia. Segurança jurídica virou detalhe. Quem investe em um país que muda a regra do jogo de uma hora pra outra? Não há uma linha na MP sobre o problema maior, a ludopatia.

Também cabe investigar o uso de ministérios, servidores e canais oficiais nesses anúncios. Quais recursos públicos foram empregados? Quem produziu os vídeos e como chegaram à campanha? Indignação de rede social não substitui requerimento.

Lula não se importa com nada. Se perder, a bomba estoura no colo do Flávio. Se ganhar, também não liga: já levou o país ao maior endividamento público da história e o custo ficará sempre para quem paga imposto. A oposição ainda parece esperar que a imprensa conte a história inteira ou que o eleitor comum faça o trabalho pesado.

Um mandato dá poder para obter documentos, convocar ministros, confrontar versões e impor limites. Quem pediu esse poder precisa usá-lo. Cadê vocês, deputados? Saiam debaixo da mesa ou admitam que preferem que outros façam o trabalho de vocês. Muitos de vocês já passaram os últimos 3 anos e meio fazendo isso.

- **Oposição ausente:** Deputados da oposição deixam de fiscalizar medidas bilionárias, cobrar documentos, convocar ministros e investigar decisões do governo com impacto fiscal e eleitoral.
- **Pacote eleitoral:** Mais de R$ 200 bilhões em crédito, desonerações, perdões e transferências são anunciados no ano, com forte concentração de medidas nas semanas anteriores ao segundo turno.
- **Conta futura:** MEIs, Bolsa Família, gasolina e bets envolvem renúncias, mudanças regulatórias e despesas cujos custos, critérios e consequências exigem fiscalização do Congresso.

